

FB

folhabancária

www.bancariosdecuitiba.org.br

BANCÁRIO: ATÉ QUANDO?

COM APROVAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA PELA CÂMARA, SAIBA QUAIS DIREITOS O TRABALHADOR BANCÁRIO PODE PERDER COM A ALTERAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

ANOTE AÍ: saiba quem são os deputados federais traidores do trabalhador, que votaram SIM à terceirização irrestrita.



Alex Caziani (PTB)



Alfredo Kaefer (PSL)



Dilceu Sperafico (PP)



Edmar Arruda (PSD)



Evandro Roman (PSD)



Leopoldo Meyer (PSB)



Luciano Ducci (PSB)



Luiz Carlos Haully (PSDB)



Luiz Nishimori (PR)



Nelson Meurer (PP)



Nelson Padovani (PSDB)



Osmar Bertoldi (DEM)



Reinhold Stephanes (PSD)



Rubens Bueno (PPS)



Sandro Alex (PSD)



Sergio Souza (PMDB)



Toninho Wandscheer (PROS)

A toque de caixa, o projeto de lei 4302 foi desenterrado de 1998 para ser aprovado em regime de urgência pelo plenário da Câmara Federal, e foi sancionada por Temer numa sexta-feira à noite, e já está em vigor.

Dezessete deputados federais paranaenses votaram contra o trabalhador e, por este motivo, o Sindicato estampa suas fotos e nomes no jornal da categoria, para que não sejam esquecidos na hora do voto.

A projeto de lei 4302/98 correu por fora enquanto a população foi às ruas contra a reforma da previdência e, como têm ocorrido muito no país desde o dia 17 de abril de 2016, com a votação inicial do impeachment,

também varou a noite para ser aprovado. Do lado de fora do plenário, isolamento para dar acesso ao povo aos debates da nova lei que já está em vigor. Aguardando apenas a caneta de Michel Temer.

O QUE DIZ A NOVA LEGISLAÇÃO? • A nova legislação da terceirização não é focada a esses trabalhadores já terceirizados, com fins de integrá-los aos direitos trabalhistas adquiridos pela luta das categorias fortemente representadas por sindicatos nos embates e negociações com os grandes empresários. Ao contrário, permite que os trabalhadores de toda e qualquer categoria sejam demitidos e recontratados em condições piores, seja com a pejotização, via sub-

contratação por terceiros, com contratos temporários.

E de quem será a representação desses terceirizados? Ninguém sabe. Junto com a terceirização vem a inviabilização da previdência social, também fortalecida pelo contrato formal de trabalho. Vem também o aumento do contrato de experiência. O que está por vir pode ser, na prática, o fim das férias, o fim do 13º salário, a desregulamentação geral e irrestrita do trabalho. Basta que uma pessoa seja contratada, de forma terceirizada, por nove meses. E demitida e recontratada por outra empresa. Não há reajuste de salários, não há direito adquirido que prevaleça na roda da rotatividade.



GREVE GERAL

28 DE ABRIL
O BRASIL VAI PARAR

CONTRA a terceirização irrestrita
CONTRA a Reforma da Previdência
CONTRA a Reforma Trabalhista

NENHUM DIREITO A MENOS

/RETROCESSOS A TODO VAPOR

E o bancário, como perde?

Há mais de 20 anos, os bancários são protegidos por uma convenção coletiva de trabalho válida em todo o território nacional e constituída com avanços nas negociações entre patrões e empregados via pressão na greve e outras formas de mobiliza-

ção. E esses benefícios não são estendidos aos atuais terceirizados ou a trabalhadores de dentro das instituições financeiras que de alguma forma têm seu contrato de trabalho inserido formalmente em outras categorias.

1. FIM DOS 180 DIAS DA LICENÇA-MATERNIDADE

A extensão da licença-maternidade é um benefício garantido pela CCT desde 2009. Para que a bancária tenha acesso, ela precisa ser funcionária de uma empresa-cidadã. Quando deixar de ser bancária para ser uma terceirizada, o direito à licença estendida se perde.

01

2. FIM DA JORNADA DE SEIS HORAS

A CLT garante ao trabalhador bancário a jornada legal de 6 horas por dia, podendo ser estendida a 8 horas para cargos comissionados de confiança, com a devida remuneração extra. Ao terceirizado, caberá aceitar a jornada de, ao menos, oito horas por dia, podendo ser elevada a 10 horas se considerarmos as duas horas extras previstas por lei. Nesse caso, o pagamento de horas extras ou a compensação dessa jornada também serão revistas caso a caso.

02

3. FIM DO PISO SALARIAL

A CCT garante ao trabalhador bancário diversas faixas de pisos salariais, a mais baixa delas equivalente a dois salários mínimos em vigor, que sobe para 2,2 salários após o período de experiência. Os caixas e tesoureiros, por exemplo, têm remuneração base de três salários mínimos. Os contratados de forma terceirizada, mesmo que exerçam mesma função, perderão a proteção da CCT que estabelece essas faixas salariais. O valor a ser recebido vai depender da oferta e demanda do emprego.

03

04

4. FIM DOS AUXÍLIOS

O trabalhador bancário tem garantido na CCT oito auxílios entre: alimentícios, de transporte, creche, funeral. Esses benefícios não serão pagos pelos bancos se o trabalhador não tiver em sua carteira a designação de bancário.

/REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Acompanhe a tramitação na Câmara

Os trabalhadores estão nas ruas e mesmo com muita puxada de tapete nos direitos trabalhistas, de alguma forma a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 287, da Reforma da Previdência, desacelerou.

A PEC 287 pode ser acompanhada pelo www.camara.gov.br, onde também está disponível o inteiro teor das mudanças propostas pelo governo Temer. A Reforma da Previdência altera o acesso e os valores dos benefícios previdenciários como aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio acidente. As modificações são, todas elas, prejudiciais aos trabalhadores, sob uma falsa justificativa que de o sistema não se paga, de que seria deficitário. O argumento é refutado por diversos especialistas renomados no país.

Essa luta é de todos. A Reforma prevê o acesso à aposentadoria integral somente após 49 anos de contribuição (trabalho com carteira assinada ininterrupto), associado à idade mínima de 65 anos. Na prática, o que o governo quer é nunca mais pagar um benefício integral aos trabalhadores. Todos contra o fim da aposentadoria, em defesa dos direitos. Barrar a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista é dever de toda a população assalariada. Faça parte dessa luta!

/TERCEIRIZAÇÃO

Categoria bancária acabou no México

EM VIGOR DESDE 2012, LEI MEXICANA TRAÇA FUTURO DOS BANCÁRIOS NO BRASIL

**QUEM É BANCÁRIO?**

No México, somente altos executivos são bancários.

COMO É A LEI NO MÉXICO?

Bancos são contratantes e não podem terceirizar toda a sua atividade, mas podem terceirizar toda a atividade ESPECIALIZADA. No Brasil, o cenário é pior com a terceirização irrestrita.

COMO É O SALÁRIO?

Bancários mexicanos têm garantido somente o piso nacional (salário mínimo mexicano).

**TERCEIRIZAÇÃO NOS BANCOS**

Até 99% das atividades bancárias no México são executadas por terceirizados.

**CENÁRIO MEXICANO**

- 60% dos trabalhadores mexicanos estão na informalidade;
- 16% da população economicamente ativa do México trabalham na subcontratação precarizada (terceirização).



/LANÇAMENTO

Sindicato disponibiliza livro sobre assédio moral

SEMINÁRIO SOBRE ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL ABORDOU COMO AS DIVERSAS FACES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO AFETAM A SAÚDE DO BANCÁRIO

O segundo volume do livro “Assédio Moral Organizacional: as vítimas dos métodos de gestão nos bancos”, com artigos e dados sobre os bancários do Itaú, foi lançado pelo Sindicato durante seminário sobre o tema realizado no dia 16 de março, no auditório do Ministério Público do Trabalho, em Curitiba. O primeiro volume, publicado também em parceria com o Instituto Declatra, tratou dos casos de assédio moral organizacional no então banco HSBC.

ASSÉDIO ORGANIZACIONAL • Os aspectos econômicos, sociais, judiciais e de saúde são as diversas formas que o assédio moral organizacional praticado pelos bancos podem prejudicar a vida dos trabalhadores, deixando consequências não só na vida profissional mas também familiar dos bancários. E todas essas abordagens foram contempladas nos debates sobre o tema durante o seminário, que contou com a participação de especialistas de renome nacional.

A psicóloga doutora Lis Soboll, estudiosa do tema assédio moral, defende

sua dissociação da prática organizacional que adoecce os trabalhadores. Para ela, a individualização do assédio busca um culpado, pune um agressor, apoia a vítima e a organização fica protegida. “É ingênuo considerar que um gestor age sozinho. O assédio moral dá lucro, é de interesse da organização”, define.

O sociólogo Giovani Alves fez uma fala ampla, política e histórica para dar dimensão estratégica da luta. Para ele, “a questão do assédio é sintoma da gestão”. Giovani alertou que o assédio moral organizacional é elemento sintomático de um processo muito mais amplo. É consequência do modelo de ideologia capitalista que está nos bancos, nos serviços, no comércio, na indústria e no serviço público.

O presidente do Sindicato Elias Jordão falou sobre a importância de promover o debate sobre o assédio moral, para que cumpra o papel de apresentar todo o acúmulo do projeto que envolve os livros, os depoimentos, a visibilidade das condições de trabalho dos bancários. “Quem sabe um dia



Livro Assédio Moral Organizacional relaciona condições de trabalho e adoecimento no Itaú.

a gente viva a utopia do bancário não adoecer mais”, declarou.

O seminário “Assédio moral no ambiente de trabalho” foi realizado pela Secretaria de Saúde e Condições de

Trabalho do Sindicato dos Bancários de Curitiba e região, sob coordenação das diretoras Ana Fideli e Karla Huning, da secretaria jurídica. Para ter acesso ao livro, entre em contato com o Sindicato.

/CAIXA ECONÔMICA

PDD empurra lucro para baixo

CAIXA MANOBRA PARA ESCONDER O VERDADEIRO LUCRO DA EMPRESA

O governo Temer segurou até a última semana de março, prazo final, para divulgar o lucro da Caixa no ano de 2016. O banco público utilizou o aumento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) para reduzir o lucro líquido do banco, divulgado em R\$ 4,1 bi.

Genesio Cardoso, diretor do Sindicato, avalia que o aumento na PDD (R\$ 20,1 bi) não se justifica se considerarmos a diminuição da inadimplência em 0,7 p.p no mesmo período e aponta que se o valor para PDD fosse reduzido na mesma proporção, o lucro chegaria

à projeção anteriormente anunciada para o cálculo da antecipação da PLR.

“Isso deixa claro a tentativa de manobra da direção da Caixa em esconder o verdadeiro lucro da empresa, com o objetivo de pagar menos PLR para o trabalhador além de ser uma tentativa de sinalizar para a sociedade que o banco está em crise quando na verdade não está” afirma.

No dia 31 de março, após receberem valores rebaixados de PLR, bancários da Caixa paralisaram as atividades em algumas agências de Curitiba.

OCCHI ANUNCIA INTERVENÇÃO

Durante a coletiva de imprensa sobre o balanço financeiro da Caixa em 2016, o presidente do banco Gilberto Occhi disse que cerca de 100 a 120 unidades chamadas de deficitárias passarão por uma intervenção. Segundo ele, via fechamento, fusão, diminuição de estrutura ou remanejamento. Occhi afirmou que o processo de intervenção começa após o programa de demissão voluntária (PDV).

SAÚDE CAIXA • Após anunciar reajuste das mensalidades do Saúde Cai-

xa em janeiro, cuja aplicação está suspensa por força de sentença liminar, a direção da Caixa Econômica Federal tenta modificar o custeio, reduzindo sua participação, que é de 70% até 31 de agosto de 2018, conforme estabelece a ACT em vigor.

O valor das mensalidades passaria de 2% para 3,46% da remuneração base, o percentual de coparticipação seria elevado de 20% para 30%, e o limite de coparticipação anual de R\$ 2.400 sofreria reajuste para R\$ 4.209,05.

/BANCO DO BRASIL

VCP: Nova audiência será dia 09 de maio

BANCO DO BRASIL SE CONTRADIZ NO MPT E SINDICATO COBRA SOLUÇÕES

JOKA MADRUGA/SEEBC CURITIBA



No dia 28 de março, foi realizada no Ministério Público do Trabalho a terceira audiência de mediação entre Sindicato dos Bancários de Curitiba e região e Banco do Brasil a respeito dos descomissionamentos e perdas de funções ocorridas durante o processo de reestruturação. A audiência foi intermediada da procuradora Vanessa Kasecker Bozza, que teve acesso aos dados dos bancários que recebem VCP coletados em formulário disponibilizado pelo Sindicato.

Os bancários prejudicados pelo processo tiveram perda salarial e dificuldades no processo de seleção das vagas, muitas vezes com acesso somente

a cargos abaixo do que já exerciam. O cenário nas agências bancárias é de mobílias vazias, com setores inteiros vazios.

Representantes do banco informaram que, desde a última audiência, dos casos apresentados pelo Sindicato, 40% dos empregados foram realocados. Após os relatos dos bancários e intervenção da procuradora, o BB se comprometeu em respeitar os critérios objetivos na seleção do TAO e priorizar os casos pendentes que tiveram perda de função. A próxima audiência no MPT foi marcada para dia 09 de maio às 09h30.

/PARALISAÇÃO

Mobilização denuncia descaso do Bradesco

BANCÁRIOS QUEREM SER OUVIDOS. SINDICATO EXIGE FIM DAS DEMISSÕES.

As agências do Bradesco de diversos bairros de Curitiba estão sendo cenário de mobilização permanente para denunciar à população o descaso do banco com os trabalhadores. Desde que o ano iniciou, as mesas de negociações foram desmarcadas e as demandas da Comissão de Organização dos Empregados (COE) estão paradas. Uma vez por semana, atividades das agências são paralisadas na tentativa de sensibilizar os representantes dos bancos.

“As demissões em massa deixam ainda mais crí-

tica a situação das agências, que estão com falta de funcionários. Os bancários estão adoecendo com a sobrecarga de trabalho e o banco não nos atende para dar explicações sobre as demissões”, denuncia Nilceia Nascimento, coordenadora da COE Bradesco no Paraná.

Lembrando que o banco está impedido judicialmente de promover demissões em massa e que o Sindicato anunciou a suspensão das homologações a partir de 14 de fevereiro de 2017, data da sentença judicial que proibiu as dispensas.

/SINDICATO

Eleições de 25 a 27 de abril

Em 2017, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e região terá eleição para seu corpo diretivo (Diretoria Executiva, Diretoria Geral, Conselho Fiscal e Suplentes). A eleição acontece nos dias 25, 26 e 27 de abril. Apenas uma chapa se inscreveu: a Chapa 1 - Unidade e Resistência, encabeçada pelo bancário do Bradesco e atual presidente do Sindicato, Elias Jordão. Podem votar nas eleições todos os bancários sindicalizados que, na data da votação, tenham seis meses ou mais de inscrição na entidade e estejam em dia com as mensalidades sindicais. Confira o roteiro de urnas por local de trabalho encartado nesta edição da Folha Bancária.

/IMPOSTO SINDICAL

Confira os prazos

Se você é bancário sindicalizado, pode solicitar a devolução de 60% do valor do Imposto Sindical 2017, que foi descontado pelo banco na folha de pagamento de março. O Sindicato dos Bancários de Curitiba e região segue a orientação da CUT e se sustenta apenas com as contribuições dos associados. Por isso, tem por prática restituir aos seus associados o valor que lhe cabe do Imposto Sindical (60%). O Sindicato estabeleceu o período das 8h do dia 10 de abril às 22h do dia 24 de abril para que os sindicalizados façam o pedido. A devolução será efetivada a partir da segunda quinzena de junho. Acesse www.bancariosdecuitiba.org.br para solicitar.

/FUNBEP

Chapa 1 dos ativos é eleita

A Chapa dos ativos apoiada pelo Sindicato foi eleita para assumir os conselhos fiscal e deliberativo na Funbep, fundo de pensão dos funcionários do Itaú oriundos do Banestado. A chapa é formada pelos diretores Ana Fideli e Edilson Gabriel (titular e suplente no Conselho Deliberativo), Darci Saldanha e Eliane Rocha (titular e suplente para o Conselho Fiscal). O mandato dos representantes dos trabalhadores eleitos vai até abril de 2021.